

Ana Kiffer

# RELAÇÃO E ÓDIO

Glissant no Brasil de hoje

SÉRIE  
PANDEMIA

N-1  
edições

$n-1$

O livro como imagem do mundo é de toda maneira uma ideia insípida. Na verdade não basta dizer Viva o múltiplo, grito de resto difícil de emitir. Nenhuma habilidade tipográfica, lexical ou mesmo sintática será suficiente para fazê-lo ouvir. É preciso fazer o múltiplo, não acrescentando sempre uma dimensão superior, mas, ao contrário, da maneira mais simples, com força de sobriedade, no nível das dimensões de que se dispõe, sempre  $n-1$  (é somente assim que o uno faz parte do múltiplo, estando sempre subtraído dele). Subtrair o único da multiplicidade a ser constituída; escrever a  $n-1$ .

Gilles Deleuze e Félix Guattari

**Ana Kiffer**

# **RELAÇÃO E ÓDIO**

**Glissant no Brasil de hoje**

*M-1*  
edições



## Glissant desde aqui e agora

Da força do feminismo negro atual, das transformações epistemológicas cujas bases germinam nas novas gerações de negros e indígenas nas universidades, do esfacelamento dos grandes quadros teóricos brancos e europeus como matriz única para compreensão dos fenômenos mundiais de hoje ao crescimento da extrema-direita, aqui como lá, e dos valores conservadores que se voltam para a família e a sexualidade de forma corretiva e coercitiva e do desejo de extermínio que se recoloca como pauta central no Brasil de hoje, a força do pensamento de Glissant (1928-2011) chama por ser relida por um grande nós exigindo pensar: como criar um Todo-Mundo em Relação apesar da força de corte e separação que insistem em eliminar, apartar, submeter ou impedir as vidas em diferença ? Como louvar o ‘incontornável lugar de origem’ (como ele dizia), sem deixar de deslocar-se incessantemente no e pelo mundo e deixar ainda que o mundo nos desloque das certezas fixadas?

Questões que efetuo com e a partir dele, ancorando e navegando ao mesmo tempo. Tocada pelos ventos que hoje se arrastam entre nós. E que hoje arrastam tantos

de nós. É sob esse vendaval que leio o pensamento de Édouard Glissant no Brasil de hoje. Nesse momento que perfura o coração do país – fauna, flora, gente-, mas que sob muitos aspectos, nós sabemos, é um momento mundial.

Um certo número de reivindicações aparecerão neste texto, outras viverão aqui como um canto desafiando o nosso horizonte. O nó central dessa empreitada reside nas questões que visam ativar as potências da imaginação política e mesmo de uma imaginação política do poder. Sim, precisamos não necessariamente amar, mas, sobretudo, não temer mais o poder. Infiltrando-o de imaginação. Nutrindo-o, talvez já não de sonho ou de amor, mas dessa potência afirmativa que nos permite imaginar este mundo sendo ele como é. Imaginá-lo descosido, é também tomar em consideração o desafio que a noção de Relação (PR<sup>1</sup>, 1990) provoca junto aos tecidos sociais rompidos e corrompidos da nossa vida atual.

Venho entendendo que o pensamento de Glissant compõe uma constelação conceitual mas também gestual, ao introduzir a potência poética, logo imaginativa

1. A nomenclatura abreviada das obras encontra-se na bibliografia ao final do texto.

e subjetivante, no seio da questão política e mesmo da questão do poder. Seu pensamento materializado em metáforas, feito de saltos, construindo ilhas de imaginação descentra o exercício da razão, através de uma prática que permite com que os termos troquem constantemente de lugar. Por isso no coração das relações políticas ele introduz a *função poética*; no coração da *contradição dissociada a força do diverso*. (EBR, p. 23). No seio da identidade situa-se tanto a necessidade de colocar em questão a superioridade de determinadas identidades, quanto de afrontá-las todas enquanto constituídas na e pela Relação. (EBR, p. 142).

A questão que fica para mim, e que perpassará as três notas que desenham este texto, é a de como pensar a Relação sabendo que a força do desenlace, do corte e do desligamento estão na base da organização das nossas vidas contemporâneas? Como pensá-la se o tecido mesmo do ser democrático já não se estabelece através dos recalques do desejo e de algumas afecções que permitiriam o exercício da própria democracia?

Sob esse aspecto trata-se aqui também do exercício de uma imaginação política. Entendam o exercício como o vemos na prática dos artistas, onde os cadernos

mostram a potência gestual do traço e incluso quando se trata de um esboço. Em todo caso o exercício, nesses termos, quando colocado no meio do pensamento crítico, se oferece mais como um ato do pensar, no infinitivo, do que como um pensamento já pensado. Ele atravessa o pensamento guardando-o em movimento. Buscando perfurá-lo. Isso porque às vezes escrever diante do limite e das incertezas dolorosas advém um ato onde o pensar se aproxima mais daquilo que falha na letra e queima no papel do que o que porventura o fixa e o estabiliza.



## **NOTA 1: Como viver no Brasil de hoje?**

O Brasil há muito tempo é visto como um país cordial. Hoje espanta-nos tanta inimizade e ódio. Por isso me parece importante voltar à noção de cordialidade, rever seus matizes com os olhos do agora. Repensar sua origem, nessa obra e contexto que Sergio Buarque de Holanda em 1936 colocava em cena.

Até porque parece curioso como essa noção, aparentemente restrita a meios acadêmicos, como outras noções interpretativas do Brasil, entranhou-se no senso-comum do ser brasileiro e do ser visto como brasileiro. Ela adentrou o senso-comum aderindo-se aos contornos amenos, alegres e aparentemente amigáveis desse modo de ser brasileiro, quando para o autor que a cunhou, ela disse em muito diferia. O olhar de Holanda buscava mostrar como a cordialidade, por tantos de nós lida como viver bem com todos e entre todos, calcava-se, de fato, numa apropriação muito específica da coisa pública como se privada fosse. Um público construído pela estrutura patriarcal e coronelista de suas instituições que sustentava um sem limites entre o espaço privado e o espaço público. Ele também indicava que o ser cordial,

a estrutura subjetiva do *homem cordial*, baseava-se ela mesma sobre afecções extremadas: do amor ao ódio, da alegria à raiva ou à melancolia. Logo, um homem a quem faltava meios que pudessem interpor limites entre as suas emoções e a sociedade. Efeito espelho da imagem política da cordialidade, ancorada ela também na ausência de limites, neste caso, entre os espaços públicos e os espaços privados.

Sem entrar aqui numa discussão intrínseca à noção de Buarque de Holanda, deveríamos ao menos notar que a ausência, ou o ultrapassar dos limites psíquicos, nacionais e subjetivos do *homem cordial*, que a partir de agora nomearei de *homem sem limites*, estaria hoje na base mesmo do que entendemos ser uma trajetória de sucesso dentro da lógica e do avanço dos sistemas neoliberais.

O Brasil encontra-se ele mesmo, nesse exato momento, num ponto de estiramento do seu tecido cordial, fixando-o num de seus extremos emocionais, o ódio, que advém, nesse contexto, um verdadeiro e importante dispositivo de subjetivação política.

Para tentar compreender esse quadro seria preciso, antes de mais nada, sublinhar que a afecção do ódio – se perfuramos as fronteiras nacionais – está na base dessa

ideia de sucesso do *homem sem limite*<sup>2</sup> nas sociedades contemporâneas. Entretanto, o caso do Brasil exige-nos nuançar os fenômenos do ódio para melhor definir sua insurgência como dispositivo político maior – que o posiciona num modo específico de funcionamento – fazendo-o circular, encerrando-o mesmo, num círculo que vai do ódio da política até uma verdadeira política do ódio.

Para buscar desenhar o esboço dessa caminhada seria preciso dizer que a ideia de homem cordial colocou a afecção no centro do nosso ‘ser político’. Em consequência no centro de nossa imaginação do que é o poder e o exercício do poder. Uma afetividade ela mesma extremada e atravessada por um funcionamento que passeia entre polaridades extremas e agudas, na maior parte das vezes sem encontrar ancoragem, nuance ou limite entre o que ali se experimenta.

Valeria ainda sublinhar que o ódio configurava já nos anos trinta o ‘ser político’ do ‘ser brasileiro’. E não por acaso, nesse contexto no qual Holanda descreve o *homem cordial*, o país passa de um governo populista e democrata de Getúlio Vargas à uma ditadura de Estado,

2. Ver por exemplo as noções de necropolítica e de políticas da inimizade desenvolvidas por Mbembe, Achille.

dirigida pelo mesmo « pai » da nação e do povo. Anos depois o Brasil vive mais de vinte anos sob o regime de uma ditadura civil-militar, saindo desse cenário através de uma anistia ampla, geral e irrestrita. Como se de crime, golpe e tortura nunca houvesse se tratado. Dois regimes de exceção que se instauram como se não o fossem, e desse modo podem ser, para uma grande parte da população brasileira, vividos e lembrados como ‘proteção’ de um bom pai, ou como uma ‘revolução’ salvadora.

Esse quadro geral ilustra como passamos com uma só pessoa – o presidente Vargas – de um pai protetor àquele que deportou os judeus ou prendeu escritores e intelectuais. Assim como passamos de um regime de exceção militarizado, automeado revolução, a uma democracia como se do mesmo se trata-se. Tudo isso revela a ancoragem antidemocrática no seio de um ‘sentimento democrático’ desse país e dessa sociedade. Revela também essa convivência entre situações e posições políticas e subjetivas extremadas numa só ou mesma personalidade, num só e mesmo regime.

Em segundo plano deve-se notar que um fenômeno distinto do ódio, que data de um ressurgir e de uma re-inscrição de vozes suprimidas, nunca ouvidas ou

consideradas, falo das diversas vozes do povo negro, irrompeu recentemente no país. Essa insurgência, a ser considerada no quadro contemporâneo vai configurando a afecção do ódio como uma afecção digna e participante da reivindicação e da indignação política. Ela não se caracteriza como uma rejeição ao político (como um ódio da política que insuflou a candidatura de Bolsonaro, assim como a empreitada da Lava Jato), mas ao contrário, sem escamotear, traz o ódio como força de reivindicação política. Inspirada por Glissant diria que esses ódios políticos que hoje circulam nas correntes ditas minoritárias estariam mais próximos de um ódio *descentrado dele mesmo*. Isso quer dizer uma afecção capaz de não se fixar em sua finalidade, no caso do ódio a finalidade de exterminar o outro. Ela promove um deslocar dos nossos assentos afetivos, exigindo-nos vermo-nos diferente do que criamos. Saindo do seu centro o ódio exige que saíamos todos dos nossos assentos. Decerto incômodo e difícil, conflitante e não apaziguador.

Tais reivindicações em conflito e muitas vezes em prol de um levantar o véu dos conflitos não fecha, no entanto, o círculo do ódio – entre um ódio da política até uma política do ódio. Círculo que, no governo de Bolsonaro,

vem incitando violências diretas, como se fazer política (munido desse ódio à política) fosse fazer com as próprias mãos tudo o que se julga indesejável num contexto e numa sociedade. Esse ódio fixa o próprio funcionamento da afecção e os seus usos. Impedindo-a de funcionar *descentrada de si mesma* e de seu núcleo destruidor. Um dispositivo que se põe em marcha mascarado por um ódio da política, dos políticos, do poder e da própria imaginação política. Fazendo-nos crer que esses « homens comuns », que não fazem política, pudessem expressar « sem limites », como se em casa estivessem, seus ódios e descontentamentos, como se de extermínio e desejo de extermínio não se tratasse no seio do exercício do poder e do Estado.

Até aqui notemos que uma primeira configuração do ódio, instalada no coração do homem cordial não estava ela mesma fixada. Participando da constituição de diversos circuitos de afecções políticas. Notemos ainda que uma outra nuance recente do ódio, que nomeei com Glissant como descentrado dele mesmo, e logo participante de uma afecção propriamente política, se reinscreve no Brasil de hoje. Notemos que essa afecção política decerto inscreve-se num contexto de esfacelamento

dos antigos marcadores de esquerda e centro esquerda. Que por sua vez encorajam candidaturas como essa de Bolsonaro. Mas, no meu ponto de vista, com essa re-insurgência das afecções do ódio não se confundem, e cabe a nós também o esforço em diferenciá-las.

Mesmo que essas afecções políticas conflitantes, onde o ódio tenha aqui e ali um papel no conflito, cujo modo de insurgência participe muitas vezes de uma certa « desorganização » própria aos fenômenos do ódio e à crise dos modelos de representação política – encenando-se através de uma tomada direta de diversas vozes (« individualizando » ou ao menos tornando mais difícil as grandes reuniões e homogeneizações) aparentemente sem mediação dos partidos políticos e também e por vezes interditando uma certa convivialidade e tomada de voz em sintonia e em reunião – não se poderia dizer, senão com o custo de um grande e novo silêncio e recalque – que ela está na base de um ódio da política e de uma política do ódio.

Diria mesmo ao contrário, que esse ódio vem se afirmando como uma afecção política incontornável de nossos tempos. Não engendradora nem estimuladora de candidaturas políticas « fora do sistema » como alguns

gostariam de pensar. As relações entre a crise da representação política, a crise dos marcadores de esquerda e o fortalecimento das reivindicações ditas minoritárias em seu modo e organização próprios são um capítulo fundamental da nossa história, mas que não se funda numa relação causal entre os termos. Também por isso é importante observar o aumento das candidaturas e da representação de mulheres negras no quadro político brasileiro, assim como o emblemático assassinato da vereadora Marielle Franco.

Esse ódio descentrado dele mesmo é decerto uma afecção política difícil de ser ouvida e entendida, já que como ódio coloca o acento sobre os conflitos mais profundos de nossa sociedade. Exatamente por isso acredito na importância e no esforço de nuançar essas afecções, como início de um trabalho necessário em prol de uma abertura cada vez maior dos espaços de escuta das dissonantes afecções políticas que nos engendram hoje. Fica claro que a necessidade de nuançar os ódios, de diferenci-los, participa do desejo de resignificá-los.



## **NOTA 2: Ódios políticos x política do ódio**

### **Ódios políticos:**

Alguns dos ódios políticos que ressurgem no Brasil de hoje devem-se às mudanças no plano dos campos do saber, elas-mesmas levadas pelas transformações das universidades, promovidas em grande parte pelas cotas raciais instauradas pelo Partido dos Trabalhadores. Tudo isso gerou inúmeras ações criadoras, dentre as quais destacaria a tomada de voz de uma nova geração de pensadoras mulheres e negras, também a antropologia revista por indígenas de diferentes etnias, hoje em tese, pesquisa e ensino nas universidades, a reivindicação de uma nova bibliografia, muitas vezes feita pelos próprios alunos oriundos de diferentes grupos, classes, religiões e raças que se encontram ainda diante de uma maioria de professores homens e brancos e de um corpus de pensamento europeu ou americano. De tudo isso decorrem também novas didáticas do saber, atravessadas pelo encontro entre diferentes culturas de matrizes africanas ou indígenas que finalmente entram no debate universitário. Mas também a configuração de novas dicções político-poéticas introduzidas nas ruas, nos becos, nas

periferias, no centro do debate, no *slam das minas* – mulheres negras e pobres ocupando um universo cultural e político historicamente branco e ultra-letrado, deveras elitista, mesmo quando imerso nesse imenso país habitado ele-mesmo por camadas e experiências tão díspares de ‘letramento’.

É importante notar que as afecções que insurgem no seio desses novos encontros e atores sociais, afecções que circulam entre eles e alguns de nós, colocarão em tensão e conflito a ideia que por tanto tempo mimamos de uma rica plasticidade mestiça. Ameaçando um certo modo de convívio pacificado e de alegria permanente de um povo ou nação. São afecções até hoje pouco reconhecidas entre nós. Digo **entre** nós. A violência do racismo está no coração desse debate/combate levado hoje pelas vozes negras do Brasil. Mas seria muito importante entender que essas afecções crispantes não se configuram, na abertura que trazem em si ao debate e ao combate necessário, como um ódio cheio dele mesmo, como um ódio cujo fim se instala no desejo de extermínio do outro, diferente dele. O branco inimigo a ser morto. Diria, a partir de Glissant, que esse ódio abre a busca da “Relação, evitando a armadilha sempre confortável

da generalização” (PR, pg170). De fato falhamos muito em abrir a ferida e a possibilidade entre nós de um verdadeiro processo de Relação. Sigo ainda com Glissant: “essa violência antiviolência não é um nada, mas abertura para a criação”. (PR, pg170). A singularidade, nesse caso, reside no fato de que todas as nossas generalizações foram baseadas na imaginação política de uma raiz emotiva comum. Dessa raiz comum estamos sendo chamados a nos deslocar, para que um outro modo de Relação, certamente mais aberta, falha, cheia de encontros mas também de interrupções, possa vir a se tecer e a se construir entre brancos, negros e índios neste país. A mestiçagem e a cordialidade tornaram-se máscaras e desvios contra imensas feridas. Elas agora se reabrem, desfazendo uma ideia de alegria convival como se de opressão e silêncio não se tratasse.

Evidentemente um efeito de endurecimento, após esse desvelar do que por tanto tempo evitamos ver, levado pelas reivindicações do povo negro do Brasil, vem alimentando o campo Relacional e muitas das afecções políticas em nosso país. Entretanto o espaço de reivindicação desses “ódios políticos”, dessa *poética de todas as distâncias*, como diria Glissant (PR, p. 168) exige, de

um lado, o recolocar em questão do paradoxo mesmo da Relação, exige que nos aproximemos o máximo possível das *especificidades comunitárias, como resistência aos aglomerados indiferenciados* (PR, p. 156) onde figuram o imaginário da mestiçagem e da cordialidade.

Por outro lado profundamente ameaçados pela eleição de Bolsonaro, num país dividido ente o desejo de extirpar esses Outros e a *turbulência do Outro do pensamento* (PR, p. 169), nos encontramos confrontados à necessidade, não apenas de separar e de nuançar as afecções do ódio, mas também de buscar determinar a construção de novos modos de aliança e zonas comuns que já não se definirão (sem que no entanto essas marcas não se apaguem) exclusivamente pela separação negro/branco, mulher/homem, mas por zonas de borda que permitam compreender e combater esse outro ódio da política, esse acento numa verdadeira política do ódio. Baseado sobre uma violência extrema e sobre o desejo, que já nem sequer se esconde, de exterminar os negros, os índios, os homossexuais, e a lista não acabaria...

Nesse cenário, trata-se de ao mesmo tempo nuançar, mas também de buscar compreender que a empreitada

em busca da construção de laços de Relação não se tecem sobre um plano liso, um terreno fértil, tampouco que a ideia de Relação poderá se multiplicar sem esforços e custos para todos os envolvidos. Entender Relação como apaziguar ou camuflar de conflitos é um equívoco teórico-prático. Mas também entender identidades como essências naturalizadas pode ser um risco ameaçador, que decerto, neste contexto, servirá ao incremento das políticas do ódio. Vale aqui escutar um pouco mais o que disse o próprio Glissant sobre o desafio de colocar em questão o binômio identidade/Relação:

A questão é a seguinte: se eu não sou idêntico a mim mesmo, se não encontro em mim a força da minha própria transformação, eu me separo, eu me afasto, ou então torno-me indiferente a tudo o que se faz no mundo. Corto a minha própria ação no mundo, atuo no mundo mas negando-o. E obvio que isso levará a um problema. Ao contrario, se encontro no mundo as razões da minha própria transformação, posso então estar sujeito a um fenômeno de mistura/fusão que não controlarei

mais eu mesmo, e muito menos no campo próprio da minha identidade. Dito de outro modo, posso me diluir no mundo. É necessário retornar a essa noção primeira de identidade, onde a identidade perfeita era a da potência? Isso vale do mesmo modo para a questão do centro e do absoluto. (...). Concebemos identidades superiores a outras? (EBR, p.142-143).

Primeiro desafio: como deslocar-se de uma ideia de potencia cuja força opera-se apenas quando apartada do mundo? Mas ainda: como não deixar que a força do mundo opere apenas deglutindo as potencias que o afetam? Decerto o deslocamento dos assentos pré-estabelecidos, identidades superiores, centros-emissores e controladores, é fundamental como prática de um ser-mundo, de um ativar de laços onde possamos nos ouvir e incluso em ruídos. Fica evidente que não haverá processo de Relação sem que esse ruído insurja. Evidente também que não haverá identidade viva sobre a égide da recusa de um Todo-Mundo.

Sigamos, ainda com Glissant:

A questão da identidade não seria necessário ligá-la a uma espécie de função orgânica no Todo-Mundo, função esta que não é evidente aos olhos das potências econômicas, políticas ou militares? Quais laços inéditos nessa fusão, nesse *'melting-pot'*, que ainda não percebemos, estariam mudando as noções de identidade e fazendo com que migremos de uma antiga noção de identidade como Ser a uma concepção aventureira da identidade como Relação? No interior dessa Relação não haveriam possibilidades de diluição que seriam lamentáveis ou decepcionantes? Mas por isso devemos temer a Relação? Tudo isso são evidências não evidentes. E a primeira é que a identidade, seja pessoal ou coletiva não se decreta, e nem que ela procede de uma naturalidade e que seu mistério é mais magnificente que suas definições. Aliás foi essa última modalidade que tornou possível os avatares fascistas da identidade, ou que lhes mantém ainda hoje. (EBR, p.142-143).

Relação como convite e desafio – aventura. Nada garante que algo nesse processo não implique diluições lamentáveis ou decepcionantes. Ainda assim seu horizonte

parece espreitar-nos como modo de sair dos “decretos” e “avatares” já consolidados como *modus operandi* por excelência das constituições fascistas. Nuançar pode operar hoje como estratégia para que essas dicotomias entre essência e diluição não se frutifiquem? É essa a aposta que extraímos recolocando Glissant no cerne dos ódios que atravessam hoje o Brasil. Mas ainda...como nuançar exige que deflagremos os dispositivos em curso de uma verdadeira política do ódio, que desliga a nuance (modo da Relação) do Todo-Mundo, injetando-a como massa homogênea da plataforma econômica, política e militar?

### **Política do ódio:**

Quais e como as afecções políticas foram desenhando esse dispositivo de uma verdadeira política do ódio? Vou buscar pensa-la aqui a partir de uma de suas usinas produtoras, arquitetada na aliança entre uma certa instituição religiosa (A Igreja Universal do Reino de Deus), e uma crença específica – a da palavra evangelizadora – que se ligaram aos jogos e aos desejos neoliberais para juntos tecerem um ódio geral como plataforma de sucesso social ligados à eleição de Bolsonaro.



De um lado a palavra evangelizadora enquanto palavra religiosa de tradição ocidental liga os seus crentes a uma moral conservadora, muitas vezes de ultracorreção de condutas. Se poderia então dizer que o efeito político dessa moral seria facilmente identificado com o discurso anticorrupção (visto como *modus operandi* dos políticos brasileiros) e com uma visão ultra conservadora da sociedade, sua estrutura familiar patriarcal devendo aqui reassumir o centro “endireitador” das más-condutas sexuais e políticas. De outro lado a religião evangélica desloca de modo vertiginoso tudo o que até hoje ligava essa correção moral a uma certa resistência, e mesmo em alguns casos, a uma certa culpabilidade em obter sucesso e dinheiro não importando o preço disso. O efeito político desse des-recalque aparece como uma ausência de limite, ou ao menos de interrogação, sobre o que significa desejar e obter sucesso numa sociedade – circunscrito aqui pelo desejo de ganhar dinheiro a qualquer preço. Da injustiça social passamos ao desejo de subir na vida. Ambos legítimos, o que salta aos olhos é o a qualquer custo. O que salta aos olhos é o salto que transfere a indignação face às injustiças históricas ao desejo de exterminar o que se interpõe como obstáculo.

Essa aliança perigosa no seio do contexto pós-capitalista mostra como esse dois paradigmas (ultracorreção moral e extermínio de obstáculos ao sucesso individual) são em si contraditórios: isso porque nas sociedades neoliberais, onde as discrepâncias se acirram e a retração do Estado Social aumenta, sabemos que a acumulação de riqueza e o investimento exclusivo no desejo de dinheiro como a priori estremecem o paradigma da correção moral e da conduta anticorrupção. Mas também, a ausência da relação de culpabilidade no que tange à equação sucesso = dinheiro no seio de uma empresa religiosa libera, no funcionamento dos sistemas pós-capitalistas, uma maior plasticidade, eficácia e eficiência subjetiva desses fiéis, tanto no que tange ao mercado de trabalho, quanto das afecções subjetivas ligadas à competição, inimizade e porque não o ódio que nutre esse ultrapassar de ‘obstáculos’ como regra do sistema de organização das sociedades neoliberais.

### **NOTA 3. Das fronteiras a todas as bordas possíveis**

A desmesura poética da qual fala Glissant no *Discurso Antilhano* (1997) se aproxima dessa língua-corpo das afecções e fazem apelo aos *fenômenos da imediatez*, que durante anos foram lidos como marca de uma falta de civilização, traços de um corpo bárbaro, ou como modo folclórico das manifestações populares. Entretanto essa cultura da imediatez (a ser pensada também como interrogação sobre quais foram os modos, artifícios e utensílios canonizados da mediação) não pertencem hoje exclusivamente às reivindicações da resistência, de uma antipoética da poesia e da arte ou mesmo de uma antiviolência – aqui pensadas sob a égide de um ódio descentrado dele mesmo. Essa cultura da imediatez está hoje também no centro de todos os investimentos econômicos, políticos e subjetivos das sociedades neoliberais.

Aqui, nesta reflexão, tal cultura encontra uma forte incidência sobre um novo modo de sincretismo religioso praticado pelos cultos em algumas igrejas evangélicas no Brasil. Por sincretismo quero dizer precisamente do modo como essa prática religiosa colocou em cena

forças do corpo, afecções corpóreas, performances físicas, manejando-os de um modo bastante ambíguo: de um lado reconhecendo a importância dessa língua-corpo para a nossa cultura, assim como para o povo negro e as origens religiosas de matrizes africanas, e de outro lado exigindo desses corpos uma expurgação moral e uma divisão entre deus e demônio deveras distante das matrizes que ali se manipulam. Pensar nesse modelo pelo viés político-religioso do corpo e das afecções apenas em termos de um retorno ao obscurantismo me parece insuficiente. A questão e o desafio seria identificar e aprofundar as ligações políticas e os tentáculos religiosos dessa apropriação. Além disso, como resposta à essa apropriação político-religiosa, seria preciso alimentar todas essas diversas culturas delas mesmas. Culturas que de um a outro lado falam essa língua-corpo no Brasil. Alimentar uma cultura de meios para que ela possa « se nomear ela-mesma, e escrever o mundo », disse Glissant (DA, 485). Mesmo que saibamos que nesse primeiro momento a escrita dessas línguas-corpos portem o ódio e a impossibilidade de reconstrução de outros modos de Relação. Sem esse processo de auto-nomeação e de Relação, ou apenas com o incremento

de um verdadeiro monopólio político-religioso, não encontraremos saída em direção ao possível.

Recompor a história, as histórias, dos povos arrancados de suas histórias, assim como recompor nossa “ausência” de memória impõe sabermos que nunca estaremos sobre o mesmo calendário, nem sobre a mesma linearidade exaustiva da linguagem ocidental e nem entre nós mesmos. Os corpos farão sobre eles sua irrupção – como a terra irromperá sobre os territórios controlados, ou o céu sobre os mundos esvaziados<sup>3</sup>. O modo como uma poética da desmedida faz insurgir, mesmo na dor, os corpos da terra, as quedas do céu, seriam, a meu ver o centro de uma nova reflexão a ser desenvolvida sobre a questão dos territórios políticos, religiosos e subjetivos no Brasil.

Mas ainda, e concludo com essa hipótese, me parece urgente que desloquemos, no caso do Brasil (e deslocar não é negar, mas em inspirando-se na proposição dos autores buscar a singularidade de nosso território), a ideia de que um pensamento descentrado terminaria por contribuir para « constituir todas as periferias em centros

3. Imagem inspirada pela *A Queda do Céu* de David Kopenawa e Bruce Albert, S.P., Cia das Letras, 2015.

e os centros em periferia de outra coisa », como disse Glissant (BR, 129). Quando penso nas forças que arrancaram as terras dos seus autóctones, ou as vidas sob jugo da escravidão, e que hoje autorizam-se a negar essa história e afirmam o seu desejo de continuar o extermínio dessa gente, penso que uma das questões centrais para o Brasil –país continental- seria a de promover em todas as diferentes iniciativas –artísticas, religiosas, políticas, acadêmicas, econômicas, etc., uma maior **espessura das bordas**<sup>4</sup>. As fronteiras, me parecem, estarão sempre postas. Excepcionalmente deslocadas ou aqui e ali reviradas. A saída das mãos decisórias dos monopólios econômicos, necropolíticos dos Estados, midiáticos ou religiosos, seria investir na consistência das zonas de borda. Em cada situação traçar a cartografia para identificar as bordas, seja a de um sistema literário, seja na constituição político-subjetiva de um sintoma maior, no

4. Faz alguns anos venho buscando desenvolver a necessidade de criarmos mais espessura nas diversas zonas de borda e deslocarmos o binômio centro/periferia, dentro/fora. Falei disso em seminários e em alguns artigos. Chamei essa zona – quando se tratava de modos de existência no Brasil - de “modos barraca de viver”, quando se tratava do sistema literário busquei sublinhar como uma “função caderno” nele traçava uma zona de borda indispensável e a ser ainda mais considerada em países onde noções como letramento, escrita e oralidade avultam singularidades.

tracejo de uma cidade, enfim, as bordas não são mais hoje as fronteiras fixadas de um país nem de uma identidade. São muitas as bordas. Todas já aí e em toda parte. Dar espessura às bordas pode ser um modo de fazer corpo e face à empresa destruidora dessa política do ódio que toma o Brasil.

Em todo caso aceitar as nossas bordas e investir na consistência delas é também reconhecer, nos espaços vivos, as afecções precárias (inclusive o ódio) que as habitam e nos habitam. Como diria Fanon « nous ne pou-ssons pas la naïveté jusqu'à croire que les appels à la raison ou au respect de l'homme puissent changer le réel ». (PNMB, p. 218).

## **Nomenclatura das obras/Bibliografia:**

Holanda, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil. 4ª ed. revista pelo autor.

São Paulo: Companhia das Letras, 1963.

DA: Glissant, E. Discours Antillais. Paris, Folio Essais, 1997.

PR: \_\_\_\_\_. Poétique de la Relation. Paris, Gallmiard, 1990.

EBR: Glissant, E. & A. Leupin. Les entretiens de Baton Rouge. Paris, Gallimard, 2008.

PNMB: Fanon, F. Peaux Noire, Masques Blancs. Paris, Seuil, 1952.

PI: Mbembe, A. Politiques de L'inimitié. Paris, Découverte, 2016.

O livro de Edouard Glissant *Traité du tout-monde* sairá em português pela n-1 edições em tradução de Sebastião Nascimento [N.E.]



**ANA KIFFER** é escritora, professora do Programa de Pós-Graduação em Literatura, Cultura e Contemporaneidade da PUC-Rio. É colunista da Revista Pessoa onde vem escrevendo séries de ensaios e de ficções. Cientista do Estado pela FAPERJ – 2019. Professora Visitante Sênior pela CAPES em Paris 7 – 2018. Autora dos livros *Do Desejo e Devir – o escrever e as mulheres*, Editora Lumme (SP), 2019; *Antonin Artaud* – EDUERJ-2016, *A Perda de Si*,(org.) pela Editora Rocco (RJ), 2018, *Todo Mar*, Editora Urutau (SP), 2019.

[n-1edicoes.org](http://n-1edicoes.org)

REPASSE

maio\_2020